

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 99 — SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1965

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

CAIXA POSTAL — 62 48

PORTUGUESES DA AMÉRICA ENVIAM MEMORIAL À ONU

As organizações democráticas portuguesas existentes em vários países americanos enviaram às Nações Unidas o memorial que deixamos publicamos. O documento, encaminhado ao presidente da XX Assembleia Geral é do seguinte teor:

1 — O regime político vigente em Portugal foi estabelecido a 28 de maio de 1926, após um golpe de Estado que instaurou no país um governo ditatorial. A natureza fascista e colonialista desse regime, após 39 anos de permanência no poder, não precisa ser demonstrada. Privado do exercício dos direitos e liberdades fundamentais enunciados pela Declaração Uni-

versal dos Direitos do Homem da Carta das Nações Unidas, o povo português encontra-se impedido de manifestar nas assembleias internacionais o seu repúdio pela política de genocídio que, desde 1961, vem sendo praticada sistematicamente pelo governo de Lisboa.

2 — Os crimes contra os naturais de Angola, da Guiné dita portuguesa, de São Tomé, de Cabo Verde, de Moçambique — para citarmos apenas os territórios africanos vítimas da dominação colonial portuguesa — são a todo o momento denunciados perante a opinião pública mundial. As violações de fronteira e outros actos agressivos contra certos Estados africanos,

particularmente as Repúblicas do Senegal e da Guiné, a que as forças militares colonialistas portuguesas se entregam repetidamente confirmam os perigos da política belicista do governo de Lisboa e documentam a ameaça que a mesma representa para a Paz mundial. Por outro lado, a expulsão das delegações portuguesas de numerosas conferências e organismos internacionais constitui uma prova impressionante da profundidade e da universalidade dos sentimentos que a política colonialista do fascismo português inspira.

3 — Os factos demonstram que o governo fascista de Lisboa não está disposto a atender os inúmeros

apelos que lhe têm sido endereçados pelas vias diplomáticas para que ponha termo à sua política de agressão e, de acordo com as resoluções nesse sentido do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, deixe de se opor à autodeterminação dos povos que mantem sujeitados sob o domínio colonial. Vem, pelo contrário, reforçando o poderoso aparelho bélico que instalou em África, o qual abrangia em julho p.p., segundo estimativa do jornal "The New York Times", mais de 90.000 homens dotados dos mais modernos meios de destruição, constituindo a maior força militar hoje existente no Continente Afri-

cano. Durante o ano corrente, os actos de genocídio contra as populações de Angola prosseguiram, e ganharam extraordinária amplitude em Moçambique, onde as tropas de ocupação portuguesas travam quase diariamente combate com os guerrilheiros nacionalistas em todo o norte daquela colónia. Quanto à Guiné, dita portuguesa, a situação de guerra permanente não pode ser mais escondida, até porque o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde "PAIGC" controla já um terço do território e possui um exército regular cujos membros lutam uniformizados.

4 — O povo português repele como contrária aos seus interesses e aos mais elementares princípios de humanidade, a política colonialista que o Governo de Lisboa pretende apresentar como expressão da vontade nacional. Os repetidos actos de insubordinação registados nos quartéis e o número crescente de deserções nas unidades militares, bem como as manifestações públicas contra a guerra colonial documentam o repúdio da Nação portuguesa à guerra em que se vê envolvida sob coação. O número de feridos e mutilados que chegam de África é muito elevado. Os hospitais portugueses acham-se repletos e militares evacuados das colónias estão sendo tratados em hospitais da República Federal Alemã, um dos raros países que vem sustentando militar económica e financeiramente o colonialismo de Salazar.

5 — Os signatários, integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional, movimento unitário da Oposição Democrática Portuguesa que engloba as mais diversas correntes políticas — apoiam as Resoluções do Conselho de Segurança de 31 de julho e de 12 de dezembro de 1963 que condenaram o colonialismo português e pediram a autodeterminação e a independência dos territórios administrados por Portugal em África.

6 — Submetem à XX Assembleia Geral das Nações Unidas as seguintes sugestões:

I — Que a Assembleia Geral adopte os meios práticos para que sejam cumpridas pelo Governo Português as Resoluções do Conselho de Segurança acima citadas;

II — Que a Assembleia Geral condene o apelo ostensivo que certos países, como é o caso da República Federal Alemã, continuam a dispensar à política belicista do Governo Português e tome as providências necessárias para que o mesmo cesse;

III — Que a Assembleia Geral, como primeiro passo para o restabelecimento da Paz em Angola, na Guiné dita portuguesa e em Moçambique exija do Governo de Lisboa a imediata retirada das forças militares de ocupação que ali mantem.

BRASIL
Prof. Ruy Luis Gomes, ex-candidato à Presidência da República e membro permanente da Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Peio jornal PORTUGAL DEMOCRATICO: Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues e Victor Ramos.

Peio UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Alexandre Pereira, Francisco Vidal, Joaquim Quitério, José Bodas, Alfredo Masson, Helder Costa, Carlos Assunção Neves, Lenine Alexandre, Francisco Sarmiento Pimentel, Manuel Moura, Manuel Soares, Armino de Azevedo, Joaquim José, Mário Fernandes, Joaquim Figueiredo, Humberto Silva, José Fonseca Martins, Herlander Gomes e Julio Pereira.

(Continua na pág. 6)



Aspecto de uma das grandes manifestações de massas que precederam a revolução republicana do 5 de Outubro de 1910

O 5 de Outubro e as Eleições

O Cinco de Outubro deste ano vai decorrer sob o signo eleitoral. O fato mais marcante, aquele que será certamente posto em destaque em todas as manifestações realizadas a propósito da data da República, será a proximidade do pleito que a capacidade de luta do povo português conseguiu impôr ao salazarismo.

Também aqui, na verdade, os heróis da República nos podem dar a sua lição: eles sabiam, como nós sabemos hoje, que nenhuma eleição poderia derrubar, frontalmente e por si só, uma estrutura secular como era a Monarquia portuguesa; eles sabiam, como nós sabemos hoje, que uma organização tão antiga, tão ancorada na História, só poderia cair, como efetivamente caiu, perante um movimento insurrecional que mergulhasse profundas e sólidas raízes no humus popular; eles sabiam, como nós sabemos hoje, que esse movimento só poderia ser o fruto de um trabalho de unidade, persistente e paciente, durante dezenas de anos; recordemos que só entre o 31 de janeiro, e o 5 de outubro medeiam quase vinte anos.

Pois sabendo tudo isso, como nós sabemos hoje,

eles não se pouparam a esforços, não perderam qualquer das ocasiões surgidas durante a Monarquia, de se apresentarem perante as Urnas. Então, tal como hoje, a eleição representava um dos mais eficientes meios de combate à estrutura vigente.

A apresentação da candidatura, já em si, era um ato de consciência e de afirmação política de que o país necessitava. No caso atual, o esclarecimento da opinião pública pelos candidatos é mesmo mais necessário do que no tempo da Monarquia: ele é a única forma de que a Democracia dispõe para se afirmar.

Os maiores nomes da República apresentaram-se ao sufrágio popular no tempo da Monarquia. Muitos deles ganharam nas urnas, foram deputados, minoritários num meio hostil mas sempre combatentes, corajosos e tenazes: os frutos da sua ação surgiram anos depois.

Sigamos portanto o seu exemplo: as eleições durante a Monarquia foram um dos caminhos que levaram Portugal ao Cinco de Outubro. Sejam elas hoje também uma das vias de acesso à Nova República Portuguesa.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

Unidade e Revolução Nacional Anti-Fascista

Ainda a Emigração

FERNÃO BARROS

O Povo Português foi privado do exercício do direito de soberania nacional. Uns quantos que também se dizem portugueses mas que oprimem e humilham a terra em que nasceram, verdadeiros agentes da dominação estrangeira, apossaram-se das alavancas do poder, controlam a máquina do Estado. Uns quantos utilizam em seu proveito as riquezas nacionais. Uns quantos se beneficiam da exploração colonial.

Mas o Povo, as classes trabalhadoras, os técnicos e a inteligência nacional, a juventude e as chamadas classes médias vítimas de um processo de progressiva pauperização — estão à margem dessa classe exploradora e opressora que se apossou da máquina do Estado, e que converteu as instituições nacionais em armas de defesa de uma oligarquia voraz que trai, ao serviço dos seus interesses de grupo e ao serviço dos interesses dos dominadores estrangeiros, os legítimos interesses do Povo de Portugal.

O caminho da reconquista dos direitos políticos, o caminho da Democracia, é o caminho da luta diária, defensiva e ofensiva, reivindicativa no plano económico, reivindicativa no plano cultural; reivindicativa no plano político, contra a oligarquia que explora o Povo, oprime a Nação, e vende — no grande leilão imperialista e neocolonialista — as riquezas nacionais e o património dos povos sujeitos à opressão colonialista.

Concessões de exploração do solo e do subsolo, direitos de exploração industrial e hoteleira, empréstimos onerosos, autorizações para a instalação de bases militares estrangeiras — Salazar e o grupo que explora e oprime a Nação, não hesitam em pagar à custa do Povo, sangrando e arruinando a Pátria, o preço da ajuda material, militar e política de que a ditadura fascista necessita para prosseguir a sua obra nefasta: dominar e explorar o Povo Português; fazer a guerra colonial.

Monopólio do poder político e poder político dos monopólios — são aspectos correlativos. São as duas faces do "Estado Novo". E frente ao poder fascista opressor e terrorista, a "exploração tática" dos limites das condições legais (ou para-legais) de actividade anti-fascista deve ser considerada, como meio e método de mobilização popular. Porque só o Povo libertará o Povo, porque só a unidade das forças democráticas, populares e patrióticas é caminho para a conquista da Democracia. Porque só a luta popular abre a via democrática da revolução nacional anti-fascista.

Nem a "liberalização" da ditadura fascista, nem a "sucessão" salazarista, criaram condições para a reforma de estruturas de que o país carece. A aspiração social de justiça, a necessidade económica de progresso, o objectivo político de conquista da liberdade, situam-se num plano revolucionário e de recuperação nacional. Revolução e recuperação. É pesada, trágica, a herança dos longos anos de fascismo. Portugal é um país subdesenvolvido, Portugal é um país subdesenvolvido. Quanto ao nível de vida, na escala europeia, ocupamos o último lugar.

A conquista da Democracia terá que ter em conta esta problemática económica e social, não pode limitar-se a reclamações políticas formais, ou contentar-se com uma simples substituição do pessoal governativo. Neste preciso momento em que a repressão se intensifica e se generaliza, em que a guerra colonial é acompanhada de um súdrio de actos criminosos; em que a independência nacional é hipotecada aos monopólios estrangeiros e aos fatores internacionais da guerra, o problema político português não pode reduzir-se a convencer o poder fascista da vantagem, ou da justiça, de concessões benevolentes e de sua natureza precárias. As forças reaccionárias que detêm o monopólio do poder político não farão concessões que ponham em perigo esse monopólio; os reaccionários fascistas não cederão voluntariamente o poder ao Povo.

Crar condições de diálogo, de debate crítico, de afirmação partidária é em princípio, vantajoso. E todos, em princípio, têm esse direito. Mas os problemas nacionais

apresentam-se com tal gravidade e com tal urgência, implicam soluções tão radicais e profundas, exigem uma tão ampla e consciente mobilização popular que o patriotismo entendido como verdadeiro amor do Povo e verdadeira dedicação à elevação e progresso da Pátria, postula a procura de um denominador comum, a definição de linhas de convergência, uma orientação unitária, uma organização unitária um programa comum, a acção comum política e revolucionária das Portuguesas e dos Portugueses que sem exclusivos de geração, de classe, de ideologia política ou de crença religiosa, queiram ganhar e merecer o seu lugar no combate que o Povo vem travando por um Portugal livre e democrático.

E que as palavras sejam precisas e concretamente definidas; por um Portugal livre deverá entender-se um Portugal livre da opressão fascista, mas também livre das servidões imperialistas que ferem e ofendem a própria independência nacional, por um Portugal democrático deverá entender-se não apenas a formula tradicional de um governo do Povo, pelo Povo e para o Povo, mas a renovação da vida nacional que tenha como objetivos básicos a reforma da estrutura agrária, a organização da actividade comercial e a extinção do intermediarismo parasitário, o desenvolvimento industrial, a reforma bancária. Um Portugal livre e democrático não negará a liberdade aos outros Povos; cessará a repressão colonialista e porá termo à guerra colonial. Um Portugal livre e democrático não assumirá compromissos militares que desequilibram a distribuição orçamental das despesas públicas e põem em perigo a paz e a segurança dos Portugueses. Um Portugal livre e democrático não considerará compatível com um claro conceito de independência política o funcionamento de bases militares estrangeiras no território nacional. Um Portugal livre e democrático não fará alianças para a guerra, fará alianças para o progresso dos homens e para a Paz entre os Povos.

Mais do que pelos rótulos ideológicos que adaptam, os homens políticos definem-se pelas soluções políticas que defendem, pelos métodos de combate que preconizam, pelos companheiros de luta que escolhem. Na decisão do combate contra a ditadura fascista estão interessados os grupos e classes que o poder fascista oprime, explora e submete pela lei da selva do terrorismo policial. Seria uma ingenuidade, ou seria um erro imperdoável, aceitar, como pretextos de divisão do campo anti-fascista, os

FERNANDO PITEIRA SANTOS

argumentos, ou as imposições, ou as sugestões enganosas do adversário fascista. A nossa força é, bem o sabemos, sermos os representantes do nosso Povo resistente e lutador, sermos os interpretes actuais das tradições revolucionárias da Nação, sermos os que marcham com a História e em direcção ao futuro; mas para além das razões que nos transcendem, a nossa força é a unidade sem exclusivos de ideologia ou de crença, sem rigidas e definitivas fronteiras. A nossa força é a vontade patriótica e revolucionária que nos anima de recuperar o tempo perdido e de dar aos problemas nacionais prementes e urgentes, uma solução popular e nacional.

São os problemas concretos do nosso Povo, do "país real", das "pedras vivas" no dizer de Antonio Sérgio, que nos levam a romper com as tradições mortas, com a repetição dos erros verificados, e até com o silêncio que seria já e só, uma cumplicidade oportunista e não uma expressão de fraternal aceitação. Não aceitamos o que nos divide. Porque a vitória sobre o fascismo exige a mobilização popular, exige a unidade das forças democráticas, populares e patrióticas. Não aceitamos o caminho do compromisso, das aventuras isoladas, das tateantes explorações táticas no campo que o adversário escolheu. A unidade não é unanimidade de todos os saberes. Caminhos diferentes e distintos mas unidos como os dedos da mão. A lei do nosso movimento, a lei geral do movimento anti-fascista, é a unidade; a acção unitária como método de reforçar o poder combativo, como fórmula comprovada de aceleração histórica. Dizemos aos Portugueses que só o Povo libertará o Povo. E pensamos que quem deseja a libertação do Povo não deve recusar-lhe a unidade e as armas. Não se trata de receber e de partilhar a herança do salazarismo. Trata-se de levantar o Povo unido e armado na grande manifestação da vontade nacional que varrerá o fascismo da nossa terra portuguesa. A tarefa histórica dos democratas portugueses, por imperativo patriótico, por consciência revolucionária, tem como condição prévia a destruição da "ordem fascista", mas, para lá da reconquista dos direitos democráticos, visa a resolução dos grandes problemas nacionais.

Sobre as ruínas do Estado fascista é preciso construir um Portugal novo, um Portugal que seja para o nosso Povo realmente, e não apenas sentimentalmente, uma Pátria.

Solidariedade dos Escritores Checos

A dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores pelo governo fascista de Lisboa continua a suscitar os protestos de numerosas entidades culturais em todo o mundo. Publicamos abaixo o comentário que ao assunto dedicou a revista "Literarni Noviny", órgão dos escritores da Checoslováquia:

O governo português proibiu a actividade da "Sociedade Portuguesa de Escritores", a qual em 8 anos de existência desempenhou um importante papel na vida cultural do país, quase incorporando todos os escritores portugueses (era composta de 500 membros). Apesar disso a policia secreta e "demonstrantes" de choque tomaram de assalto a sede da Sociedade e destruíram a sua instalação interior e respectivo ficheiro. A proibição da actividade desta organização resultou de que a Sociedade entregou o prémio literário ao jovem escritor angolano José Mateus Graça que, em 1963, publicou na capital de Angola, sob o pseudónimo de Luandino Vieira uma série de três novelas: "Luanda", Graça, que já anteriormente tinha recebido alguns prémios literários em poesia, está preso no Campo de Concentração do Tarrafal, nas Ilhas de Cabo Verde, para onde foi condenado em 14 anos por actividades conjuntas com os "terroristas". Isto é, com o exército de libertação nacional. Depois da dissolução da Sociedade, foram presos, por alguns dias, alguns membros do júri que tinham concedido o prémio: o romancista Augusto Abelaira, o poeta Manuel da

Fonseca, e o crítico Alexandre Pinheiro Torres. Alguns outros escritores foram interrogados. Os nomes de muitos literatos, e isto de harmonia com as circunstâncias é muito significativo, não se podem descobrir nas páginas da imprensa quotidiana. Contra este acto do governo português protestaram os escritores portugueses numa mensagem assinada por mais de 200 pessoas. A crítica à proibição governamental apareceu também nos mais importantes jornais do ocidente. Contra a dissolução da Sociedade protestaram a Federação dos Escritores Europeus e contra a prisão dos 3 mencionados escritores a nossa "União dos Escritores".

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE
(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Os chamados "dramas da emigração" foram vividos e sentidos na carne por boa parte da colónia portuguesa do Brasil. Da velha geração, muitos ainda são os que se recordam do mecanismo da corrente migratória: o engajamento sórdido, lá nas aldeias perdidas em Trás-os-Montes, no Douro ou nas Beiras, a hipoteca das courelas em condições escorchantes a aventura da primeira partida para o Porto, o embarque em Leixões, a travessia — mais de duas semanas, num navio sinistro — a chegada, o choque com um ambiente que, o mais das vezes, era hostil... Um rosário de sofrimentos, tanto físicos como morais, consequência do traumatismo provocado pelo transplante súbito.

Tudo isso acabou, dizem agora, para anestesiá-la própria consciência, aqueles que, bem instalados na vida, nem querem recordar o que sofreram. Nada disso acabou, gritam porém aqueles que lá ficaram e que, premidos pelas miseráveis condições de vida do povo português, pretendem abandonar o país.

É certo que nalguns casos, como no da emigração para o Brasil, as condições "técnicas" do transporte melhoraram, devido porém a uma política internacional de aperfeiçoamento dos transportes e não, em especial, a quaisquer providências tomadas pelo governo de Lisboa. Permanece de pé, agravado ainda por uma burocracia parasitária, o maquinismo de espolição estatal do candidato a emigrante. E, noutros casos, como no da emigração para países europeus, o quadro dos sofrimentos é hoje ainda mais negro do que aquele que os "comendadores" pretendem esquecer.

A imprensa europeia tem publicado ultimamente séries de artigos que, sendo brados de alerta, em especial, sobre o problema da emigração portuguesa, constituem requisitos objetivos e imparciais, por isso mesmo ainda mais implacáveis, contra o regime que domina o nosso país.

Observe-se, para começar, que recebendo, os países que dela necessitam, mão de obra de vários países europeus — sobretudo Itália, Grécia, Espanha e Portugal — a nossa corrente migratória é considerada a mais desfavorecida, a mais atrasada de todas, e, por isso mesmo, a mais facilmente atingida pelos exploradores. Os jornais têm revelado ao público os meandros da trama que envolve os portugueses desejosos de abandonar a sua terra para poderem viver mais decentemente. Existem, devidamente organizadas e com ramificações sobretudo em três países — Portugal, Espanha e França — verdadeiras quadrilhas de "passadores" que, por seus contatos portugueses, se encarregam de transportar clandestinamente a "mercadoria". Os emigrantes saem das suas aldeias, são reunidos num ponto fronteiriço, passam de noite para Espanha, atravessam este país, em 2 ou 3 dias, dormindo sempre em lugares isolados, fora das cidades, e atingem assim a fronteira francesa. Ai com a cumplicidade de contrabandistas, entram neste país em condições rocambolescas. A imprensa tem-se referido a casos de ajuste de contas, com mortes pelo meio, entre emigrantes enganados e "passadores" pouco escrupulosos, à odisseia da travessia dos Pirineus a pé, no Inverno, em plena neve. Os contrabandistas que se dedicam a este serviço confessam que transportam os trabalhadores portugueses como fariam com qualquer outra "mercadoria": para eles trata-se apenas de introduzir clandestinamente um "objeto de comércio" que nem por ser humano lhes merece um tratamento diferente.

Estes fatos são conhecidos, há muito tempo, pelas autoridades dos países que recebem os emigrantes e que poderiam, se assim o desejassem, pôr-lhes cõbro. Não o fazem, entretanto, porque o emigrante português lhes interessa, não só devido às suas qualidades positivas — o afinco ao trabalho, a seriedade, a rapidez de compreensão perante novas tarefas e novas situações, a grande capacidade de adaptação — mas também, e talvez ainda mais, pelo seu lado negativo — a sua passividade no capítulo das reivindicações sociais, mesmo as mais elementares. Os empregadores estrangeiros abrem pois pressurosos as portas ao trabalhador português, confessando cingidamente que, além do mais, encontram nele as "condições que

apresentavam os restantes trabalhadores europeus em meados do século passado", isto é, uma falta de defesa total contra a exploração e uma ignorância dos direitos que lhes assistem. Esta situação, como é natural, tem provocado certa reacção por parte dos meios sindicais dessas nações, que viram com maus olhos o aparecimento de uma mão de obra mais barata e, sobretudo, sabotadora inconsciente, pela sua inércia, das conquistas sociais tão duramente conseguidas no nosso século.

Nos últimos meses, entretanto, tem-se verificado, que os trabalhadores portugueses, depois de adaptados, começam a adquirir consciência dos seus direitos, integrando-se no sistema sindical dos países onde trabalham e acompanhando os seus camaradas na luta reivindicativa. A emigração para as nações europeias está portanto a assumir um papel de tomada de consciência de problemas, de educação política que o Governo de Salazar não vê com bons olhos, além do mais pela proximidade dos países onde se acham instalados esses trabalhadores e pelas facilidades de contato que sempre mantém com Portugal.

Por outro lado, contudo, Salazar não pode deter essa corrente migratória, que parece constituir uma das geniais "soluções sociológicas, económicas" do grande mestre de Santa Comba: pela exportação do excesso da população a que a inépcia do seu governo não consegue dar trabalho, resolve a questão demográfica; pela entrada de divisas enviadas pelos emigrantes para as famílias que ficaram, resolve a questão económica. A emigração portuguesa val, portanto, continuar.

Procura o governo reduzir a importância do problema que ela lhe cria enviando para junto dos trabalhadores "missões", cujo papel seria o de manter o emigrante dentro da linha pautada pelo salazarismo. O fracasso destas "missões", o desinteresse total dos trabalhadores, que não as procuram, apesar de certas vantagens imediatas que elas poderiam oferecer, lhes mostram que o salazarismo está lutando com grandes dificuldades neste sector. Salazar sabe que, num prazo curto, a agitação nos meios rurais provocada pela emigração, pelo retorno do trabalhador esclarecido, que já viu como se vive lá fora, como se ganha, como se reivindica, como se organiza, é mais um elemento de que dispõe a oposição na luta para derrubá-lo.

Pequenas Notícias

- Num comunicado em que protesta contra as prisões dos advogados da família do gen. Humberto Delgado, o grupo "Amnesty International" afirma que as autoridades portuguesas com essa atitude demonstram estar dispostas a impedir que se esclareçam as circunstâncias em que foi assassinado o ex-candidato à Presidência da República.
- Na região do Bombarral, centenas de operários agrícolas vêm lutando pela jornada de oito horas de trabalho.
- A sucursal portuguesa da firma norte-americana Standard Electric está fabricando equipamento militar para as Forças Armadas salazaristas, destinado à guerra colonial.
- Durante uma reunião do conselho de administração da Sociedade Colonial de Loterias, em Lourenço Marques, um dos diretores, Jaime Rufino, matou a tiro de revolver um dos membros do conselho, José Manuel Bastos Gonçalves, ao ser convidado a demitir-se.
- O governo fascista de Lisboa vai lançar uma campanha para desenvolver o turismo em Timor.
- O campo de concentração de Chão Bom, em Cabo Verde, tem um novo comandante: José da Silva Vigário.
- Numa carta enviada ao "Times", o bispo de Masai, T. Hudleston, condena veementemente o colonialismo português.
- Durante a última Conferência de Primeiros Ministros da Comunidade Britânica, o "premier" da Serra Leoa, sr. Albert Margai levantou o problema do colonialismo português e condenou severamente a política africana de Salazar.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Notas e comentários

A unidade na emigração

Pelo terceiro ano consecutivo, as organizações democráticas portuguesas existentes no Continente Americano dirigiram à Assembleia Geral das Nações Unidas um memorial em que fixam a sua posição a respeito da guerra colonial desencadeada pelo fascismo. Neste documento, que vem publicado noutra página desta edição, os signatários — entre os quais figura em primeiro lugar o nome eminente do prof. Ruy Luiz Gomes — sugerem que a XX.a Assembleia Geral tome as providências necessárias para que a paz seja restabelecida nas colónias portuguesas de África, exigindo antes do mais a imediata retirada das forças militares de ocupação ali mantidas pelo governo de Lisboa. A sustentação política, militar e financeira que a República Federal Alemã vem dispensando ao esforço de guerra do fascismo é, por outro lado, denunciada pela primeira vez ao mais alto organismo internacional.

Trata-se evidentemente de uma iniciativa correcta e oportuna. Os democratas portugueses sabem perfeitamente que não conseguiram contribuir com a sua atitude para um resultado que nem as próprias resoluções do Conselho de Segurança lograram obter. A guerra colonial continuará ainda, mais cruel e inhumana.

Mas é importante que mais de uma centena de delegações à Assembleia Geral tome conhecimento da clara posição da emigração portuguesa da América em face da questão colonial. A unanimidade de pontos de vista existente nas organizações democráticas portuguesas do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela, dos Estados Unidos e do Canadá é a melhor resposta que a emigração política pode oferecer às mãos desesperadas do fascismo para a dividir, servindo-se inclusive de provocadores distarçados de oposicionistas. Pronunciando-se em documento comum pela autodeterminação das populações das colónias, pela Paz e pela aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança, as organizações democráticas portuguesas da América, plenamente conscientes do papel que lhes cabe, provam estar cada vez mais preparadas para cumprir as tarefas específicas que lhes cabem na luta pela derrubada do fascismo em Portugal.

P. D.

Domínio econômico e militar

Vinte anos após a derrocada da Alemanha de Hitler, o estado militarista da RFA, estabelecido com o apoio e ajuda dos imperialistas das potências ocidentais, surge com a própria natureza imutável do nazismo, a mesma ânsia de expansão territorial, a mesma ambição de domínio econômico e militar, o mesmo ódio contra os povos, o mesmo chauvinismo. Apenas os processos mudaram: já não são as hordas das SS e as divisões da Wehrmacht açoitando os povos pacíficos da Europa e do Mundo. Agora, os seus sonhos de domínio obedecem a um estudado plano de suborno: primeiro, os representantes do capital monopolista, ministros, grandes industriais, banqueiros, latifundiários vão estudar as possibilidades de inverter os seus empréstimos e financiamentos. Logo se lhes seguem, a coberto do pacto agressivo da NATO, os arrogantes prussianos, animados de espírito de desforra com que sonha o governo de Bonn, para garantir os rendimentos dos capitais investidos.

Em Portugal, o governo de "ralção nacional de Salazar é o "cavalo de Troia" que está dando entrada a capitais e soldados que pretendem dominar económica e politicamente o nosso país. Foi uma velha amizade que se reatou: Salazar, para quem o maior erro de Hitler foi perder a guerra, recebeu

RUMO A VITORIA

A situação das classes trabalhadoras - I

Proseguimos neste numero a publicação do importante depoimento "RUMO A VITORIA".

1. A grande burguesia, debatendo-se nas palavras de Marx no "conflito de Fausto entre a paixão da acumulação e o desejo de prazer", ao mesmo tempo que acumula capitais e aumenta os investimentos, vai levando uma vida de regalo, luxo, prazer e ostentação, que insultam a miséria geral. A exibição de riqueza não é porém apenas o fruto do prazer e da vaidade. Ela tem o seu fim pratico: é fonte de prestigio económico e de crédito. O luxo, a prodigalidade, até a "beneficência", são no mundo de hoje "despesas de representação de capital". O banqueiro Espírito Santo fazia acompanhar a vertiginosa acumulação de capital do seu grupo com espectaculares doações ao Estado e com festas sumptuosas em que gastava milhares de contos. Os Sa'n da SACOR acharam mais eficiente fundar com catorze mil contos uma colónia de cegos com o seu nome. Os colonialistas manos Vieira de Brito, guerreando pelos negócios que eram do pai, empunharam também a beneficência como arma de prestigio: destinaram uns 10.000 contos a uma fundação com o seu nome para tratamento de paráliticos cerebrais, responde o outro com uma fundação para "proteção dos indigenas". Ao mesmo tempo é o regaço. Erguem-se palácios e palacetes para as mulheres e para as amantes, os níveis de conforto e alimentação atingem o escândalo, gastam-se fortunas em inutilidades, há homens que mudam de automóvel como quem muda de camisa e mulheres que têm mais vestidos que de dias tem o ano.

Os privilegiados

Os fascistas enaltecem o consumo pelas classes ociosas e parasitárias. O falecido Botelho Moniz apregoava que "o luxo constitui imposto que os ricos pagam aos pobres". Um subsecretário do Comércio salientava "os benefícios para o Estado e para a coletividade" das importações de artigos de luxo. A verdade é que a vida de luxo da grande burguesia, pelos gastos im-

B. F.

Mensagem de Amílcar Cabral

Assinalando a passagem do sexto aniversário do massacre do cais de Pigiguiti, em Bissau, o presidente do Partido Africano de Independência da Guiné e de Cabo Verde, Amílcar Cabral, dirigiu às populações dos dois territórios uma mensagem de que transcrevemos abaixo algumas passagens:

"O massacre de 3 de Agosto foi mais do que um acto de heroísmo patriótico do povo trabalhador. Os acontecimentos do 3 de Agosto foram uma lição histórica para o povo africano e para a direcção do nosso Partido. Na verdade o massacre do cais de Pigiguiti mostrou ao nosso povo e ao nosso Partido Nacional o verdadeiro caminho para o desenvolvimento da nossa luta de libertação.

"Com o sacrificio glorioso e util dos trabalhadores assassinados em Pigiguiti, aprendemos que, diante do caracter criminoso e a falta de escrupulos dos colonialistas portugueses, devíamos mobilizar o nosso Povo tanto na Guiné como em Cabo Verde, uni-los em torno do nosso Partido, organizá-lo e prepará-lo para a luta.

"Aprendemos ainda que a nossa acção não devia ser feita nas cidades e que, diante das armas dos colonialistas portugueses, a unica forma de luta deve ser a "luta armada".

Mais adiante, após historiar o desenvolvimento da luta e as vitórias do povo da Guiné no seu combate pela independência, Amílcar Cabral dirige-se aos militares portugueses e aos civis ainda residentes na Guiné.

"Aos militares portugueses que vivem hoje na nossa terra uma vida de tragédias e de sofrimentos, dizemos que compreendemos o seu desejo de se libertarem da guerra colonial e encorajamo-los a buscar audaciosamente o caminho da li-

berdade, a juntarem-se às nossas forças para melhor defenderem os interesses do próprio Povo Português.

"Ainda estão a tempo de evitar a morte inglória e de preferir a vida, ao serviço das suas famílias desesperadas e ao serviço do seu Povo.

"Aos civis portugueses e a outros estrangeiros, que tenham ou não tenham interesses no nosso País, repetimo-lhes que nós lutamos para criar uma pátria onde todos os homens, independentemente da sua nacionalidade, terão direito ao trabalho e a uma vida digna, desde que respeitem a soberania do nosso Povo.

"Devem, portanto, continuar a fazer tudo para evitar compromissos com os criminosos colonialistas portugueses."

A Radio "A Voz da Liberdade", emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional, transmitiu a mensagem de Amílcar Cabral num dos seus programas e, depois de acentuar que a luta pela liberdade é una e indivisível, porque os que oprimem Angola, Moçambique e a Guiné são também os que exploram e oprimem o povo de Portugal.

"Ergui, no final, a seguinte exortação aos militares portugueses: "Militares portugueses! Como Amílcar Cabral, nós dizemos também: "Ainda é tempo de evitar a morte inglória e de preferir a vida ao serviço das vossas famílias desesperadas, ao serviço do Povo Português!"

E preciso libertar Portugal do terror fascista e da dominação estrangeira!

E' preciso acabar com a guerra colonial!

E' preciso acabar com a opressão colonialista sobre outros Povos!

Unamo-nos na luta contra o governo fascista e colonialista de Salazar!"

produtivos que representa e pelas importações vultuosas de artigos de luxo a que obriga (quase 10% do total nas importações), dilapida recursos financeiros, contraria o progresso geral do país e assenta na exploração e na vida de espantosa miséria dos trabalhadores e nas dificuldades das classes médias.

Se do fim da guerra a 1961 se constituíram em Portugal sociedades novas com um capital de 6 milhões de contos, isso não significa senão que estavam "disponíveis" nas mãos dos capitalistas 6 milhões de contos de trabalho não pago.

Quando, ao lançarem o segundo Plano de Fomento, os fascistas acusaram a "formação bruta de capital fixo" de 45 milhões de contos no espaço de 5 anos, isso não significa outra coisa senão que, só por essa forma de acumulação de capital (que representa apenas uma parte da acumulação verificada no país), foram em média acumulados cada ano nove milhões de contos de trabalho não pago.

Quando os capitalistas (nas palavras do actual ministro da Economia) admitiram para os seus planos de acumulação a que chamam de "Fomento", "o acréscimo (até 1970) do volume de capital fixo da ordem dos 240 milhões de contos" (L. M. Teixeira Pinto in "Problemas do acréscimo económico português", p. 47) isto significa que, a não haver gigantescas importações de capital estrangeiro, se prepararam para arrancar anualmente só por essa forma de acumulação, 16 milhões de contos de trabalho não pago, dois terços mais do que nos anos anteriores. Quando os capitalistas inauguram novas fábricas e anunciam que investiriam pelas centenas de milhares de contos, isso não significa senão que centenas de milhares de contos de trabalho não pago são por eles utilizados para em novas fábricas comprarem ainda mais força de trabalho, obrigar um número maior de operários a trabalhar para eles e a produzir mais mais-valia, sempre mais-valia. Vendo uma nova fábrica, os operários podem dizer com inteira razão: "ali está produto do nosso trabalho, pago com produto do nosso trabalho". Tudo quanto os capitalistas acumulam é produto do trabalho da classe operária, representa fome, miséria, privações, doenças, tragédias, lágrimas de milhões de trabalhadores.

Contraste

O contraste entre os dois polos da acumulação, da riqueza e da miséria, chamou o padre Santos Carreto, deputado fascista na Assembleia Nacional, "uma diversidade maravilhosa" criada por Deus e determinando "a diversidade das situações económicas e sociais". Qual porém o trabalhador português, católico ou não católico, que possa considerar "diversidade maravilhosa" a acumulação capitalista, que permite a escassas dezenas de milhares de ociosos explorarem milhões de portugueses, permite se amoctoem num polo fortunas de milhões de contos como são as de Manuel de Melo, do Espírito Santo, dos Ferreiras do Ave, se multiplique ai o capital e se alarguem os gastos e provoca no outro polo cada vez mais falta de pão, de agasalho, de teto, de saúde, de instrução, de segurança? Mais respeito pela palavra de Deus em que muitos portugueses acreditam ainda, monsenhor Carreto. Seria vergonha para qualquer Deus criar tão ignominiosa realidade. A verdade é que ela foi criada pelo capitalismo, agravada pelo governo fascista, e desaparecerá no dia em que ponhamos termo a um e a outro. E veremos primeiro a um, depois a outro, podem disso estar certos.

A exploração do trabalhador

Qual a situação que a este respeito se oferece em Portugal? Em primeiro lugar deve notar-se que, como é próprio dos países atrasados a taxa de mais-valia é muito diversa nos vários ramos industriais, oscilando entre 100% e 700%. Isto é: consoante os ramos industriais, por cada hora que o operário trabalha para reproduzir o valor da sua força de trabalho, trabalha gratuitamente de 1 a 7 horas para o capitalista. Na indústria portuguesa, numa jornada de 8 horas, o trabalho necessário (para o operário) vai de 1 a 4 horas e o trabalho suplementar (para o patrão) de 4 a 7 horas. No conjunto dos 30 principais ramos industriais, a taxa da mais-valia sobe a 240%, o que significa que, em média numa jornada de 8 horas de trabalho, apenas 2 horas e 21 minutos são de trabalho necessário e 5 horas e 35 minutos são de trabalho suplementar ou gratuito para o capitalista. Em média, ao fim das primeiras 3 horas e 21 minutos de trabalho, o operário português pode dizer: "produzi já para o meu salário. Desde este momento até ao fim de dia, estou a trabalhar de graça para o patrão".

O «Fomento» Fascista

O grande capital não se satisfaz porém com o grau de exploração existente. Ele procura sempre maiores lucros aumentando cada vez mais, na jornada de trabalho, o "tempo suplementar" e diminuindo o "tempo necessário". Para isso, apoiando-se na força do Estado fascista diminui os salários reais, aumenta a intensidade e a produtividade do trabalho, prolonga a jornada de trabalho apura os métodos mais variados para agravar a exploração dos trabalhadores.

2. Os capitalistas falam nos seus investimentos de capital, no aumento do seu capital, como se o capital lhes nascesse nos bolsos ou fosse produto do seu trabalho, como se fosse "uma contribuição" por eles dada à sociedade. Esse capital o que é? E' apenas trabalho não pago ou mais-valia, apenas o produto das horas de trabalho gratuito que a classe operária é obrigada a dar aos capitalistas.

(continua)

Fechada a Casa dos Estudantes do Imperio

Intensificando a campanha de terror cultural que vem desenvolvendo de modo sistemático, o governo fascista de Lisboa fechou no dia 2 de setembro p. p. a Casa dos Estudantes do Imperio, organização que a PIDE sempre considerou um «foco de subversão» por ser o ponto de convergência dos universitários das colonias. Há muito que a policia politica preconizava a dissolução da Casa dos Estudantes do Imperio, mas só agora, com a onda de histeria nacional-fascista desencadeada pelos setores ultras após o caso da concessão do prêmio literário a Luandino Vieira e a subsequente dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, surgiram condições favoráveis à realização do desejo da gestapo portuguesa. **MANIFESTA-SE A U.I.E.**

Um dos primeiros telegramas de protesto contra a prepotencia fascista chegados a Lisboa foi o da União Internacional dos Estudantes. Endereçado ao «presidente» Americo Tomas, é do seguinte teor: «Estudantes do mundo protestamos enérgicamente contra a dissolução da Casa dos Estudantes do Imperio, imposta pelo governo de Salazar no dia 2 de setembro. Trata-se de uma medida de repressão tomada pelo governo ditatorial de Salazar no prosseguimento da campanha repressiva que atinge não só os estudantes democráticos portugueses como também os seus irmãos das colonias portuguesas».

Simultaneamente a União Internacional dos Estudantes enviava ao ministro da Educação, sr. Galvão Telles, o seguinte telegrama: «A União Internacional dos Estudantes protesta contra a condenação dos estudantes João Afonso Teixeira, Sara de Barros Queiroz, João Gabriel de Oliveira, Morato Pereira, Fernando Mendes Rosas e Afonso Joaquim Pinho Monteiro. Pedimos a sua imediata libertação e protestamos contra os processos disciplinares contra os estudantes das Universidades de Lisboa e Coimbra». Já antes do julgamento a que se alude, a U.I.E., atenta à criminosa farsa em preparação, definiu a sua posição de solidariedade aos estudantes ameaçados no seguinte telegrama, enviado a Salazar:

«Tomamos conhecimento com profunda indignação das recentes prisões e torturas de jovens e estudantes portugueses, acusados das chamadas atividades subversivas e que aguardam julgamento. Protestamos energicamente contra acusações sem fundamento e contra as medidas antidemocráticas e os maus tratos aplicados a pessoas honestas que lutam pela liberdade e por um sistema educacional democrático que são negados em Portugal. Pedimos urgentemente a liberdade de todos os presos submetidos a julgamento ou encarcerados e que sejam respeitados os direitos democráticos dos estudantes. A União Internacional dos Estudantes não poupará esforços para denunciar perante a opinião pública mundial o que está sucedendo em Portugal e que atinge a juventude e particularmente os estudantes que lutam pelos seus legítimos direitos académicos reconhecidos pela opinião estudantil mundial. Urge pôr termo definitivamente à prisão de estudantes».

Cópias desse telegrama foram enviadas aos Ministros da Educação Nacional e da Justiça.

Simultaneamente, a U.I.E. expediu a todas as organizações nela filiadas o seguinte telegrama: «Há necessidade urgente de que manifesteis a vossa solidariedade a 19 estudantes portugueses acusados perante o tribunal de atividades ditas subversivas. O procurador pede de dois a oito anos de prisão. Há também outros jovens julgados e maltratados. Enviai os vossos protestos imediatamente às autoridades portuguesas, exigindo a libertação de todos os acusados e de todos os presos». Acompanhando um comunicado do Movimento dos Estudantes Portugueses, foi também remetida a todas as organizações filiadas na U.I.E. uma circular expondo mais detalhadamente a situação a que se refere o telegrama que acima reproduzimos.

Mensagem da Juventude Venezuelana

O Conselho Central da Juventude da Venezuela e a direção nacional da Juventude do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) endereçaram à União dos Estudantes Portugueses em França a seguinte mensagem: «O Conselho Central da Juventude da Venezuela e a direção nacional da Juventude do Movimento de Esquerda Revolucionária solidarizam-se com os estudantes portugueses presos desde Janeiro do presente ano pela policia do regime ditatorial de Salazar (PIDE) e submetidos a juizo num «tribunal de excepção» por «atentarem contra a segurança do Estado»».

O governo de Salazar, não podendo suportar por mais tempo o avanço das associações de estudantes e o fortalecimento da sua democracia interna (a qual representa um exemplo bastante perigoso para o povo, já que é a única organização democratica de Portugal que funciona legalmente), quis detê-los com prisões, torturas e crimes. Mas o movimento estudantil não se deixou amedrontar e aquilo que o governo pensou ser o suficiente para calar a sua voz serviu apenas para que ela se erguesse mais alta. A Juventude da Venezuela e a JMIR, conhecendo por experiencia propria os «tribunais de excepção» e os «atentados contra a segurança do Estado» e todas as patranhas comuns a todas as ditaduras, que não são mais do que uma farsa grotesca para iniciar ofensivas contra os responsáveis pelo movimento popular e conclama todos os jovens do mundo a protestar contra esta prepotencia do regime salazarista que atinge os estudantes portugueses e a solidarizarem-se com as associações de estudantes portugueses em luta pela defesa das suas associações.

ABAIXO A DITADURA DE SALAZAR.

Abaixo a Policia Política do Regime (PIDE)!

Vivam as Associações de Estudantes Portugueses!

MOÇÃO DOS ESTUDANTES DE LISBOA

Apesar de todas as precauções tomadas pela PIDE e pela Censura, os estudantes portugueses tomaram rapidamente conhecimento das proporções que assumia em todo o mundo o movimento de solidariedade à luta que vêm travando. Numerosas organizações estudantis estrangeiras receberam já o testemunho de gratidão dos estudantes portugueses que reafirmam nessas mensagens os termos da moção de 18 de fevereiro do ano corrente: «Os estudantes de Lisboa, reunidos em Assembleia Plenária, a 18 de Fevereiro de 1965, manifestam a sua gratidão aos organismos estrangeiros e internacionais de estudantes pela solidariedade que lhes trouxeram na luta que travam pela autonomia, dignidade e liberdade da Universidade portuguesa e pedem que essa solidariedade prossiga».

Por outro lado, o agravamento das condições da luta em que estão envolvidos não leva os estudantes portugueses a alhear-se do que se passa no mundo. Assim o combate dos estudantes gregos e particularmente o assassinio pela policia de Atenas do estudante Sotiris Petroulas suscitaram uma onda de emoção em Portugal. Refletindo esses sentimentos, a Juventude Democrática Portuguesa enviou telegramas ao presidente do Parlamento Grego e à Juventude Democrática Grega hipotecando-lhe a sua solidariedade. Foi igualmente remetido um telegrama ao chefe do governo da Guatemala, protestando contra a repressão desencadeada contra os estudantes guatemaltecos e especialmente contra o jovem Jaime Pineda.

Tensão entre Londres e Lisboa

LISBOA (Do Correspondente) — Apesar de tudo o que a respeito tem publicado a imprensa internacional, é mais aparente do que real a crise diplomática que se abriu entre o governo britânico e o fascismo português devido à questão surgida com a representação da Rodésia do Sul em Lisboa. O governo trabalhista britânico que vem desmentindo pelos seus actos tudo o que afirmava em relação à sua «politica portuguesa» quando os seus principais elementos lideravam a oposição nos Comuns, aproveitou agora o incidente rodésiano para salvar as aparências, dando a impressão de uma intransigencia que é puramente de fachada. De um lado, o sr. Harold Wilson nada faz para criar dificuldades ao colonialismo português e, de outro, nenhum entrave põe o governo ao apoio ostensivo dos grandes monopólios britânicos ao esforço de guerra do fascismo salazarista.

A questão da Rodésia resume-se assim a um problema formal. A nomeação do sr. Harry Reedman como representante directo dos racistas de Salisbury em Lisboa esbarra com a oposição do Colonial Office. Segundo Londres, isso equivaleria a um reconhecimento tácito da independência da Rodésia. Em contrapartida, tudo estará certo se o sr. Reedman permanecer em Lisboa para desempenhar exactamente as mesmas funções, mas como elemento adstrito à Embaixada britânica.

Seja qual for a solução dada ao problema, ninguém leva a sério a ameaça da retirada do embaixador britânico de Lisboa, caso Salazar insista em receber o representante do sr. Ian Smith concedendo-lhe o AGREEMENT como ministro plenipotenciário da Rodésia do Sul.

Mais importante do que a controvérsia travada em torno das praxes diplomáticas é o facto de o fascismo salazarista manter um acordo secreto com Salisbury que prevê a assistência militar de uma das partes a outra quando necessário. Afirma-se que um dos objectivos desse pacto é o derrubamento do actual governo progressista de Tanzania, cujo chefe, o dr. Julius Nyerere é considerado pelos regimes de Lisboa e Salisbury a maior ameaça para a sua sobrevivência.

LEIA

«Missão em Portugal» de Alvaro Lins

«Tbéria, Anistia, Revolução» de Jonas Negalha

«Salazar Visto do Brasil»

«Angola Através dos Textos»

«Os Últimos Dias do Fascismo Português», de Maria Archer

«Quando os Lobos Julgam», (a defesa de Aquilino Ribeiro)

«A Resistência em Portugal»

crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO



A unidade dos estudantes portugueses vem-se revelando a sua maior força na luta heroica que travam em defesa da autonomia da Universidade e dos seus direitos associativos suprimidos pelo fascismo.

ULTIMA HORA

Soltos os Advogados da Família de Delgado

LISBOA (Do Correspondente) — A «Ação Democrática e Social» em comunicado distribuído à imprensa, informou que foram postos em liberdade no dia 22 de Setembro os quatro advogados da família do general Humberto Delgado e o jornalista Raul Rego que haviam sido detidos pela PIDE a 9 do mesmo mês, quando se dirigiam a Espanha para assistir à inumação dos restos mortais do ex-candidato à Presidência. Recordam-se que os advogados em questão são os drs. Mário Soares, Abranches Ferrão, Pires de Lima e Caetano de Menezes.

SOLIDARIEDADE DA AIJD

O grande número de protestos chegados a Lisboa de dezenas de países, exigindo a imediata libertação dos advogados da família Delgado exerceu decisiva influência na atitude do governo fascista.

Militares Mortos na Guerra Colonial

Publicamos abaixo os nomes de mais alguns militares mortos nas guerras coloniais em que se acha envolvido o fascismo português. Soldado Carlos Ribeiro Ferreira (Guiné); cabo Eduardo Nobre Mourinho (Angola); soldado Joaquim Sousa Rodrigues (Guiné); soldado Manuel Gólfino dos Santos (Guiné); capitão David Coelho Araujo (Moçambique); 1.º cabo Manuel Almeida Ferreira (Moçambique); soldados José Soares Silva Casado, Joaquim Pinheiro Couto e Manuel Augusto Dias Carneiro (todos em Moçambique); alferes miliciano Aurélio Manuel Tavares Rodrigues (Angola); ainda em Angola, soldados Daniel Vieira Nobre e Manuel Zeferino Gonçalves Moreira; e finalmente, em Moçambique, 1.º cabo Antonio Fernando Nogueira Gomes e os soldados José Narciso Vieira e Joaquim dos Santos Laje.

levando-o a recuar. Entre as manifestações de solidariedade mais expressivas prestadas aos advogados presos conta-se o comunicado divulgado em Bruxelas no dia 14 de setembro pela Associação Internacional dos Juristas Democráticos. Esse documento é do seguinte teor:

«A Associação Internacional dos Juristas Democráticos toma conhecimento com a mais viva emoção da prisão pela PIDE (policia politica portuguesa), na fronteira espanhola, dos advogados da família do general Humberto Delgado, sr. Abranches Ferrão, vice-presidente da Ordem de Lisboa, Mario Soares, Caetano de Menezes, Pires de Lima e também o jornalista Raul Rego, quando se dirigiam a Badajoz para assistir à autópsia do general assassinado.

Essas prisões, atingindo homens no exercício normal da sua profissão, constituem um atentado dos mais graves aos direitos da defesa, garantias essenciais do respeito aos mais elementares direitos do homem.

A AIJD, que interveio imediatamente por telegrama junto do presidente da República, sr. Américo Tomás e do ministro da Justiça de Portugal, pede a todas as entidades a ela filiadas assim como às Ordens e associações profissionais de advogados de intervir junto das autoridades portuguesas solicitando a imediata libertação dos seus colegas e do jornalista preso».

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Costa, Furtado, 181 - SP, Brasil
Endereços de Assinantes